

Defesa da privatização

FABIANO LANA

BRASÍLIA - Ao responder aos apelos dos representantes da Associação Nacional das Empresas de Obras Rodoviárias (Aneor), para que acelere o programa de concessão de rodovias à iniciativa privada, por meio de uma agência de transportes, o presidente Fernando Henrique Cardoso disse que seu governo não pratica privatizações selvagens.

"Não estamos fazendo no Brasil uma privatização selvagem. Não estamos transferindo a responsabilidade pública para o setor privado e não mais olhando para o que acontece", disse Fernando Henrique na solenidade do décimo aniversário da Aneor, comemorado ontem, no Memorial JK.

O presidente acrescentou que está em busca de "novas formas de relação do governo com a sociedade". Considerou as agências reguladoras "uma nova forma de Estado". Segundo Fernando Henrique, "essas agências reguladoras, (são) necessárias para que o bem público possa ser cuidado, sem a interferência maléfica da influência política, quando ela é mal colocada".

Os empresários da Aneor também reivindicaram a volta do extinto Fundo Nacional de Transportes, cujo projeto está em tramitação no Congresso Nacional. O fundo teria a função de manter as 80% das rodovias que não terão condições de ser privatizadas.

"O setor rodoviário, graças aos recursos do Fundo Nacional de Transportes, foi capaz de construir um grande patrimônio em estradas, avaliado em R\$ 200 bilhões. Mas, de repente, o setor foi penalizado com o fim dessa vinculação", disse o presidente da Aneor, José Alberto Pereira Ribeiro.

Fernando Henrique sustentou que seu governo criou uma nova forma de relação entre o Estado e o empresariado, mais transparente. "Houve época em que os contatos entre o poder e o empresariado eram esquivos, furtivos. Não é assim comigo. Os contatos são públicos, assim como com todos os demais seguimentos da sociedade", afirmou.

Depois de garantir aos empresários que o governo federal está investindo muito em obras, principalmente as rodoviárias, o presidente ironizou a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que proibiu o uso do slogan Brasil em Ação nas 42 principais obras de infra-estrutura do país.

"Pusemos juntos, em funcionamento, um programa de longo prazo pelo Brasil, que se chama: Eu não posso dizer, porque a Justiça Eleitoral não permite, Brasil em Ação, que quer simplesmente chamar atenção para 42 projetos de grande interesse, muitos deles na área social, mas que são essenciais para nós rearticularmos o Brasil", criticou Fernando Henrique.

Além de sinalizar o pagamento das dívidas que o governo tem com os empresários da Aneor, o presidente ainda citou uma série de obras que está realizando dentro do projeto Brasil em Ação e do Brasil em Ação II, que, segundo informou, contempla o setor rodoviário com 50% das obras previstas.

"Hoje o Padiha (Eliseu Padiha, ministro dos Transportes) determinou o pagamento do mês de julho. Quem imaginaria isso quando eu era ministro da Fazenda. Chegaremos em harmonia, junto com a equipe econômica, para que possamos ter um fluxo regular de recursos para o setor", prometeu Fernando Henrique.